COMO AS PALAVRAS TEM SIGNIFICADO

Marcos Campos Botelho¹

RESUMO

As palavras pelo som ou por sinais funcionam efetivamente possuindo sentido nas frases ou nos enunciados. Como as palavras tem significado? Como elas podem significar? O problema tradicional na *filosofia da linguagem* sobre o significado lingüístico é analisado neste artigo como sendo, antes de tudo, uma questão da mente. Devemos compreender que a fala, como capacidade do ser humano para representar coisas e estados de coisas, é antes de tudo uma capacidade fundamental do cérebro/mente de representar. Não se trata de responder exaustivamente sobre o problema do significado, mas de buscar esclarecer as noções teóricas, seguindo uma corrente filosófica americana defendida por John Searle.

Palavras-chave: Intencionalidade; significado; linguagem; palavras.

ABSTRACT

Words by means of sound or graphic signs work effectively as they had in the sentences or expressions. But how do works have meaning? How can they mean something? Above all, in this work the traditional problem of the philosophy of language is analyzed as a question of mind. We need to understand that the speech as a capacity of the human beings for representing. It is not the case to exhaust the problem of meaning, but to try to make clear the theoretical notions which is defended by John Searle, according to an American philosophical trend. The main point is to show how the intrinsic Intentionality of mind is transferred to from what it is derived. We can or not speak mean fully. This is a difference on what Searle holds an idea that the Intentionality is a predominant fact for the words to have meanings.

Key-words: Intentionality; meaning; language; word.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende tratar de um tema único: as palavras pelo som ou por sinais gráficos funcionam efetivamente dando sentido a frases ou enunciados. Como um estado do cérebro que consiste em configurações de neurônios e

¹ O autor é bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano Brasil Central, bacharel e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás; e docente do Seminário Presbiteriano Brasil Central, Faculdade FAIFA e do Centro de Pós-graduação Andrew Jumper, em Goiânia, Goiás. E-mail: mmarcoscb@hotmail.com.

conexões sinápticas, ativadas por neurotransmissores ou por diferencial de potencial elétrico, pode significar alguma coisa?

Entre os estados gerados no cérebro, o filósofo da linguagem John Searle² entende que alguns são emergentes e têm propriedades mentais. Mas, logo de início é preciso compreender que Searle faz uma diferença entre dois tipos de propriedades emergentes do cérebro. Uma é de emergência causal reducionista denominada de *emergente 1* e a outra *emergente 2* a qual não é explicada por meio de interações causais, não sendo reducionista (1997, p. 162-163). Ele refuta os emergentistas não reducionistas porque essa posição poderia ter como consequência um dualismo de propriedade. Por exemplo, se pensarmos em aspectos como a solidez, ela pode ser explicada totalmente de uma forma causal, em termos de movimentos vibratórios das moléculas em estruturas entrelaçadas. Uma vez que as moléculas se movimentam dessa maneira, então os objetos não podem ser penetrados por outros objetos. Eles sustentam outros objetos, e assim por diante. A solidez pode ser explicada de forma causal em termos do comportamento de microelementos, e por essa razão redefinimos a solidez nos termos de sua base causal. A redução da solidez ao movimento das moléculas é uma redução causal não eliminatória.

É uma característica emergente de determinados sistemas de neurônios da mesma forma que a solidez e liquidez são características emergentes de sistemas de moléculas. A existência da consciência pode ser explicada pelas interações causais entre elementos do cérebro no nível micro, mas a consciência em si não pode ser deduzida ou presumida a partir da mera estrutura física dos neurônios, sem alguma descrição adicional das relações causais entre eles. (SEARLE, 1997, p.162).

Em um artigo mais recente, Searle (2002, p. 1) esclarece essa questão, porque o emergentismo não reducionista pode levar ao dualismo de propriedade:

I have argued in a number of writings that the philosophical part (though not the neurobiological part) of the traditional mind-body problem has a fairly simple and obvious solution: all of our mental phenomena are caused by lower level neuronal processes in the brain and are themselves realized in the brain as higher level, or system, features. The form of causation is "bottom up", whereby the behavior of lower level elements, presumably neurons and synapses, causes the higher level or system features of consciousness and intentionality. (This form of causation, by the way, is common in nature, for example

² John Roger Searle é um dos maiores filósofos contemporâneos. Sua obra estende-se da filosofia da linguagem, da consciência, da mente e da racionalidade até a questões vetustas da filosofia, como a ontologia e a epistemologia. É mais conhecido por sua obra *Speech acts*.

the higher-level feature of solidity is causally explained by the behavior or the lower level elements, the molecules). Because this view emphasizes the biological character of the mental, and because it treats mental phenomena as ordinary parts of nature, I have labeled it "biological naturalism".

To many people biological naturalism looks a lot like property dualism. Because I believe property dualism is mistaken. I would like to try to clarify the differences between the two accounts and try to expose the weaknesses in property dualism.

Temos que entender que a mente depois de ser causada por conexões neurais não passa a ter vida independente delas. Pensarmos que a mente uma vez gerada pelas conexões neurais passa a ter vida própria; isso seria a mesma coisa que afirmar que a liquidez e a transparência da água, uma vez geradas, não fazem parte da estrutura física ou química da água. O emergentismo assumido por Searle não postula que, uma vez constituídas as propriedades mentais, elas passam a ter vida própria. Ainda sobre o significado do termo emergência, Araújo (2003, p. 9) afirma:

O termo 'emergência' ou 'emergentismo' tem tido um significado que muitas vezes remete a certas tendências dualistas, quando, por exemplo, propriedades mentais são tidas como emergentes, a partir de propriedades físicas, embora não redutíveis a essas uma vez constituídas. Mas aqui 'emergência' tem um significado que remete a comportamentos ou tendências espontâneas observados nos chamados sistemas complexos (naturais ou artificiais) – a ordem do sistema é emergente como resultado de um estado de aparente desordem inicial.

Como relações causais e propriedades emergentes do cérebro podem significar alguma coisa? Ou, como podemos, apenas pronunciando uma palavra, ou fazendo uma marca de tinta num papel, nos referir a algo? Embora tenhamos várias perguntas, o problema é o mesmo: como uma palavra pode significar? Este problema não é uma novidade na Filosofia. Diferentes pensadores lidaram e lidam com ele de diferentes maneiras; e existe na tradição filosófica um grande debate sobre essa questão.

Dentro dessa tradição, por exemplo, o significado não foi identificado com o nomear. No famoso exemplo de Frege (1978), as expressões *Estrela da tarde* e *Estrela da manhã* nomeiam o mesmo objeto, mas diferem em sentido: a referência é dada ao mesmo objeto, pois tanto uma expressão como a outra estão falando da mesma coisa, mas *tarde* e *manhã* têm um significado distinto. Em geral, não existe nenhuma semelhança entre o nome e a coisa que ele nomeia. A relação deve estar em algo totalmente diferente.³

³ Frege propõe uma distinção entre *Sinn* ("sentido") e *Bezeichnung* ("significado") – um mesmo objeto pode ter o mesmo significado e sentidos diferentes como ilustra o exemplo *estrela da manhã* e *estrela da tarde*.

Além disso, como as definições também não foram estabelecidas como a base do significado para as palavras, precisamos aceitar a idéia de as palavras poderem significar sem que tenhamos de ter outras palavras com as quais representemos os significados originais; caso contrário, teríamos uma regressão ao infinito. Um exemplo muito conhecido disso é o da definição de solteiro como sendo um homem não casado. Essa definição, encontrada em dicionário (FERREIRA, 1999, p. 1880), somente foi registrada porque já havia uma relação de sinonímia descoberta pelo trabalho empírico do lexicógrafo. Mas solteiro não tem o significado que possui por estar no dicionário; pelo contrário, está no dicionário por ter o significado que possui. Portanto, as definições não são o fundamento para o significado, pois do contrário andaríamos sempre em círculo.

Mesmo sendo este um problema único, ele possui muitos aspectos. A dificuldade está na conciliação de dois elementos ou propriedades distintos imbricados na mesma questão. Trata-se da questão mais fundamental com respeito à relação da mente com o mundo. Este trabalho visa analisar, através da filosofia de John Searle, as noções sobre como a linguagem funciona, ou como sua teoria da Intencionalidade é aplicada ao significado.

Pessoas diferentes e de diferentes lugares que se deparam com diferentes coisas, usam a palavra com o mesmo significado. Isso sugere, de maneira natural, que a relação da palavra com as coisas é indireta. A palavra, como a usamos, possui alguma outra coisa por trás dela; um conceito, idéia ou pensamento que, de algum modo, se estende às coisas de um modo geral.

Os aspectos desse problema a ser analisado podem assim ser formulados: que tipo de coisa é esse intermediário entre o nome e o objeto? Está na mente, ou é algo fora da mente? Está na palavra ou está no conceito pairando entre a palavra, a mente e as coisas sobre as quais falamos, e com a qual, de algum modo, podemos fazer uma associação? Notemos que o problema que vemos aqui de como a palavra pode significar a idéia ou o conceito, não é em seus aspectos variados exatamente iguais ao núcleo do problema de como a palavra pode significar o objeto. Isso mostra como o problema inicial ganha dimensões mais amplas observando a questão básica da relação da mente com o mundo.

O uso que cada pessoa faz de uma palavra envolve sons e marcas muito particulares que podem ser expressas de uma forma ampla e inclusive em outras línguas. John Searle observa que “o problema do significado surgiria até para duas pessoas que estivessem se comunicando sem utilizar um idioma comum” (1995, p. 226). Ou seja, como algo tão particular como o ruído ao pronunciarmos uma palavra, o registro de algumas marcas de tinta num papel, gestos e sinais com as mãos podem significar algo tão geral? O que há por trás de ruídos, marcas e gestos que os tornam especialmente significativas?

1 O SIGNIFICADO COMO PROPRIEDADE QUE TRANSFORMA PROFERIMENTOS EM ATOS DE FALA

A maneira como Searle propõe responder esta questão está focada em sua teoria da Intencionalidade; e aquilo que se propõe por meio deste artigo é analisar esta resposta procurando averiguar suas implicações no contexto que abrange a relação mente e mundo. A linguagem se relaciona à realidade em virtude do significado e o significado transforma proferimentos em atos de fala. A questão toda está relacionada com a maneira como a mente impõe intencionalidade a sons, marcas e gestos, conferindo-lhes, assim, significados e, ao fazer isso, relacionando-os à realidade. Ao identificar esse elemento primordial da Intencionalidade, presente no centro dessa análise, espero apresentar um modo de entendermos como se relacionam as perspectivas internas ou mentais e as externas ou do mundo, para a compreensão do significado.

Podemos definir Intencionalidade como aquele aspecto dos estados mentais que são dirigidos para objetos ou estados de coisas no mundo, ou seja, não se dirigem a si mesmos. Assim, quando cremos, temos uma crença em algo, quando esperamos, esperamos alguém ou alguma coisa, quando desejamos, desejamos alguma coisa. O uso da palavra *Intencionalidade* pode sugerir que as intenções, no sentido comum de pretender realizar ou fazer alguma coisa, ocupam um lugar especial na teoria, mas ter intenção é um estado intencional como qualquer outro. No alemão, de onde provém o termo *Intencionalidade*, há uma maneira mais fácil de lidar com essas diferenças porque existem duas palavras que fazem essa distinção: *Intencionalität* que é a intenção no sentido filosófico e a palavra *Absicht* que é a palavra para intenção no sentido comum.

Franz Brentano (1874), psicólogo e filósofo alemão, foi o primeiro a tratar a Intencionalidade como um fenômeno psíquico que continha uma característica peculiar, estabelecer a relação da consciência a algo fora dela. O termo *Intencionalidade* influenciou na formação de duas correntes filosóficas no século XX: uma é a Intencionalidade transcendental vista em Husserl e Sartre; a outra é a Intencionalidade na filosofia da mente. A filosofia de Searle está inserida nesta segunda tradição. Na obra intitulada *Psicologia do ponto de vista empírico* Brentano (1874) assinala o que o termo *Intencionalidade* significa (Apud Dupuy, 1996, p. 127).

Todos os fenômenos psíquicos são caracterizados pelo que os escolásticos da Idade Média chamaram inexistência intencional (ou ainda mental) de um objeto, e que poderíamos chamar, embora de maneira não desprovida de ambigüidade, a relação com um conteúdo, à orientação para um objeto (termo que não deve ser entendido aqui como significando uma coisa), ou a objetividade imanente.

Inexistência não significa não-existente, mas “estar no interior de” (DUPUY, 1996, p. 127). Ou seja, o objeto intencional para o qual tende a mente (sua intenção) situa-se no interior de si mesma como uma característica *mental*; por isso imanente em oposição à transcendente.

Mas, devemos, desde agora, observar que para Searle a Intencionalidade é uma capacidade biológica fundamental que coloca o organismo em contato com o meio; e este é o aspecto a que Searle chama de “naturalização da Intencionalidade”.

A Intencionalidade tem uma estrutura e é uma propriedade fundamental da mente/cérebro e por isso devemos entendê-la em termos de consciência. Assim, é assim uma característica que aponta para condições e funções específicas e próprias dos estados mentais, mas não somente isso, pois também mostra uma relação primária entre a consciência e nossa capacidade de representar objetos e estados de coisas no mundo, ou seja, não somente objetos, mas também situações que ocorrem no mundo. Aqui, aparecem os dois termos envolvidos, *mente* e *mundo*. O objetivo agora será mostrar quais são as dificuldades em torno dessa relação e como podemos elucidar estes problemas.

Quando começamos a definir Intencionalidade em termos de mente e sua capacidade de representar o mundo, surge o primeiro problema: é difícil perceber a maneira como a qualidade de referir-se a algum objeto ou estados de coisas, poderia ser

um aspecto físico do cérebro. Na concepção de Brentano a *Intencionalidade* é um traço fundamental dos estados mentais e não pode ser físico. Na colocação do problema inicial (Como pode um estado do cérebro referir a alguma coisa?), o ponto que Searle destaca, quanto a este aspecto, é diferente da tradição fenomenológica desde Brentano, Husserl e Sartre, visto que Searle trata a Intencionalidade como uma propriedade biológica do cérebro, cuja capacidade é referir-se a algo. Sem estabelecer algumas distinções, a Teoria da Intencionalidade poderia ser concebida como alguma coisa inexplicável, pois, se tratarmos as experiências subjetivas, tais como as visuais e as de desejo como se fossem simplesmente fenômenos no mundo como objetos, então seria uma coisa misteriosa que elas pudessem fazer referência a algo. Se tratarmos experiências subjetivas, por exemplo, as experiências visuais conscientes, como se fossem apenas fenômenos no mundo como pedras, árvores ou a digestão, então parece um milagre que elas possam fazer referência. Mas é claro, embora sejam processos naturais, elas têm um aspecto especial. É inerente ao estado mental o fato de haver intencionalidade. Ele não poderia ser essa experiência visual específica se não fosse uma experiência cuja Intencionalidade é *um caso de parecer estar vendo essa coisa diante de mim*.

Existe uma relação entre a Intencionalidade dos estados mentais e a Intencionalidade lingüística. Estados mentais representam objetos ou estados de coisas no mundo, enquanto os atos de fala são ações intencionais do sujeito por meio da produção física como sons e sinais gráficos. Uma das tarefas deste trabalho será elucidar como exatamente um estado mental transfere Intencionalidade a atos de fala.

Outra distinção que devemos observar é que a Intencionalidade da mente é anterior à da linguagem. Se pensarmos que a crença tem intencionalidade, do mesmo modo como usamos a linguagem, então será inevitável pensarmos que haja sempre uma entidade que imponha intencionalidade à intencionalidade, e assim regredir *ad infinitum*. Searle (2000, p. 87) diz que esse erro é comum na Filosofia: “o problema, em resumo, é que não podemos explicar a intencionalidade da mente recorrendo à intencionalidade da linguagem, porque a intencionalidade da linguagem já depende da intencionalidade da mente.”

Isso mostra que o significado em termos lingüísticos é posterior ao modo mais primitivo como a mente é capaz de fazer representações. No desenvolvimento da espécie humana em termos de prioridade, os estados mentais aparecem em primeira ordem

como um meio para a sua sobrevivência; somente mais tarde surge a linguagem como uma forma peculiar de associação dos enunciados ao significado. A Intencionalidade da mente surge como uma propriedade capaz de dar condições e possibilidades para o significado. Assim, temos na teoria de Searle a definição de significados como sendo algo de natureza não-lingüística.

Uma terceira distinção mais elementar, oferecida por Searle (1995, p. 53, 111) como um meio para evitarmos confusões filosóficas, está entre a Intencionalidade intrínseca e a derivada. Em primeiro lugar, a linguagem possui uma Intencionalidade originada da Intencionalidade da mente. As atribuições lingüísticas de representação do mundo são derivadas da maneira como a mente estabelece essa representação. Quando utilizamos sons pela boca ou sinais gráficos num papel, obtemos uma maneira de representar objetos no mundo, mas de um modo secundário, pois tal representação já havia originado na Intencionalidade da mente. Por outro lado, a Intencionalidade intrínseca é irreduzível, pois suas capacidades representacionais não são impostas, mas ligadas aos próprios estados da mente. Assim, ela é responsável por estabelecer e possibilitar o significado. As formas mais primitivas dessa Intencionalidade são a percepção e a ação intencional.

Uma diferença básica entre tipos de Intencionalidade intrínseca e derivada diz respeito ao tipo de critério que cada uma estipula como canal de atuação. A Intencionalidade intrínseca tem esse critério em primeira pessoa. Por se tratar de estados mentais, essas noções subjetivas próprias de tais estados são assim caracterizadas. Esses estados mentais não dependem de observadores para que possam ser efetivados. Não faz sentido perguntarmos como o desejo de comer de alguém pode representar o desejo de comer: não podemos usar a experiência da fome como um fenômeno objetivo, pois o desejo é inerente ao estado próprio de representar. A Intencionalidade derivada depende de observadores e, por isso, possui um critério em terceira pessoa. Uma palavra ou frase possui significado em relação às pessoas que falam e ouvem. Por isso, faz sentido perguntarmos como a palavra chuva, por exemplo, pode representar a chuva; porque há uma relação referencial do objeto chuva com a palavra associada a este objeto. “Um agente usa uma sentença para fazer um enunciado ou fazer uma pergunta, mas não usa desse modo suas crenças e seus desejos – ele simplesmente os tem” (SEARLE, 1995, p. VIII).

Os significados não são elucidados de maneira indireta ou lateral, eles acontecem *em pessoa*, por assim dizer, precisamente em termos de crenças, desejos, condições de satisfação. Os significados são elementos, modos de comportamento intencional, cujas condições de satisfação foram transferidas de certos estados mentais para os atos de fala em que os significados ocorrem.

A qualidade de referir a alguma coisa no mundo está numa relação que podemos chamar de relação transferencial da Intencionalidade intrínseca para a derivada. A linguagem depende da Intencionalidade da mente, por isso, a mente transfere o que Searle chama de “condições de satisfação” para a emissão lingüística. Um exemplo disso pode ser visto nas sentenças ou proferimentos performativos, termo batizado por J. L. Austin (1990), os quais são emissões por meio das quais realizamos uma ação. Aquilo que deve ser o caso para que meu desejo na frase “deixo a meu irmão este relógio” (como num testamento) seja satisfeito, é também o que deve ser o caso para que seja verdadeira a sentença “deixo a meu irmão este relógio”. Aquilo que é necessário para a satisfação do meu desejo é intrínseco ao conteúdo intencional desse desejo. Isso é uma capacidade inerente da mente de estar orientada para com o mundo e com ele se relacionar. As condições de satisfação do desejo de doar a meu irmão o relógio são transferidas para a emissão através de um ato intencional. Essa é, rigorosamente falando, a razão de um ato se tornar significativo; e as condições de satisfação de atos lingüísticos são impostas intencionalmente pela mente.

A chave para a compreensão do significado é a seguinte: o significado é uma forma de intencionalidade derivada. A intencionalidade original ou intrínseca do pensamento do falante é transferida para palavras, frases, marcas, símbolos e assim por diante. (SEARLE, 2000, p. 131).

Todas as distinções que serão feitas a partir daqui, têm como objetivo mostrar o sentido do que queremos dizer em relação transferencial da Intencionalidade intrínseca para a linguagem, isto é, como uma maneira de entendermos que as perspectivas semânticas, sintáticas, gramáticas e textuais são insuficientes para lidar com as questões em torno do significado.

Necessitamos ainda, para melhor compreendermos as noções mais amplas do significado, apresentar algumas questões introdutórias sobre o conceito de condição de satisfação. Isso por duas razões básicas: primeiro porque as noções de condições de satisfação estão atreladas ao conceito transferencial da Intencionalidade; e segundo

porque estamos diante de um ponto extremamente importante para a explicação do conceito de significado:

A chave do significado é simplesmente que este pode ser parte das condições de satisfação (no sentido de requerimento) da minha intenção de que suas condições de satisfação (no sentido das coisas requeridas) também tenham condições de satisfação. Daí o duplo nível (SEARLE, 1995, p. 38).

A primeira coisa que devemos fazer é um esclarecimento de alguns termos usados por Searle para o conceito de condição de satisfação. Na filosofia analítica, o termo empregado é de condição de verdade. Esse termo é empregado também dentro de um contexto maior chamado de teoria da verdade. De várias teorias temos: primeiro, a verdade consistindo em relações de coerência em um conjunto de crenças; segundo, a verdade consistindo como parte das afirmações que são confirmadas pela experiência; terceiro, a verdade consistindo na explicação do sentido de que o termo verdadeiro pode apreender; e quarto, a verdade de uma proposição consistindo, não em sua relação com outras proposições, mas com o mundo. Dentre essas teorias da verdade, Searle (2000, p. 14) assume claramente esta última posição que é a da Teoria da Correspondência.

A verdade é uma questão de correspondência com os fatos. Se uma afirmação é verdadeira, deve haver algum fato devido ao qual ela é verdadeira. Os fatos dependem daquilo que existe, da ontologia. Demonstrabilidade e verificação são uma questão de descoberta da verdade, e são, portanto, noções epistemológicas, mas não devem ser confundidas com os fatos que descobrimos.

Searle sustenta, como condição de verdade, a Teoria da Correspondência por causa do realismo defendido por ele. O realismo dele pode ser percebido na sua teoria da intencionalidade, pois é ela que faz a intermediação entre a mente e o mundo. Entre o indivíduo e o mundo, como realidade independente, a mente, de maneira intencional, faz a mediação e isto ocorre como um fenômeno natural. As categorias mentais com características subjetivas e intencionais fazem parte do mundo real; elas estão inseridas na própria natureza e possuem uma função neste mundo como qualquer outra. Por outro lado, a subjetividade da consciência é uma característica irreduzível da realidade e ela ocupa um lugar tão importante quanto à matéria, a energia e muitos outros termos. Isso deve ser visto porque tanto a consciência quanto a Intencionalidade são processos biológicos causados pelas conexões neurais no cérebro e nenhuma delas é redutível a qualquer coisa externa.

O cérebro causa o fenômeno mental como estados mentais conscientes os quais são suas características. No entanto, o fato de vermos a realidade sob determinados aspectos do ponto de vista subjetivo não significa que não podemos perceber a realidade diretamente. Do mesmo modo, podemos dizer que quando usamos a linguagem para descrever os objetos ou estados de coisas no mundo, isso não implica que essas coisas que descrevemos não possam ter uma existência independente. As coisas do mundo são condições que possibilitam às nossas declarações lingüísticas serem verdadeiras, mas elas não são idênticas às declarações lingüísticas. Por meio de convenções, nós criamos palavras para dar nomes às tais coisas, mas isso não significa que estamos inventando-as. Assim, percebemos que boa parte dos estados intencionais podem e são realizados através da linguagem, mas isso não diz que a Intencionalidade seja algo necessariamente lingüístico. Por exemplo, uma crença pode ser falsa ou verdadeira dependendo se o mundo é realmente do modo como a crença faz essa representação, mas um desejo que não é necessariamente realizado na forma lingüística, não pode ser estabelecido como algo verdadeiro ou falso; mas pode ser ou não ser realizado.

Uma outra distinção que Searle faz é nas expressões *conteúdo proposicional* e *conteúdo representativo* ou *conteúdo intencional*. Os conteúdos proposicionais são usados para os estados que se realizam na linguagem, mas, para que não haja confusões, Searle aplica o termo *conteúdo representativo* para a inclusão tanto dos estados que se realizam linguisticamente como para os que não se realizam. A expressão *conteúdo proposicional* fica restrita a destacar os estados que trazem como conteúdo proposições inteiras. As proposições completas ou atitudes proposicionais são assim chamadas porque nelas aparecem tanto o estados intencionais como também o objeto ao qual ele se dirige: por exemplo, “Pedro deseja jantar”, o que não seria o caso na sentença, “Pedro ama”. Podemos perceber que a diferença consiste na designação estabelecida na primeira sentença expressando o objeto do seu desejo, jantar. Na segunda sentença, embora tenhamos a expressão da Intencionalidade, contudo não temos a quem ela se refere.

Fiz menção às condições de verdade que são assim chamadas porque estão relacionadas com a linguagem e são analíticas porque lidam com sentenças, enunciados e proposições. Mas Searle, já no contexto dos atos de fala, amplia os termos que são usados como condições de verdade especificando suas categorias por meio de noções mais detalhadas. Por exemplo, enunciados possuem condições de verdade como já

observamos promessas, condições de cumprimento, ordem condições de obediência, e para o contexto do significado intencional, ele usa a expressão *condições de satisfação*. Por se tratar de uma noção mais abrangente aplicada não somente a alguns estados intencionais, como pretender, estar satisfeitos ou frustrados, como também as crenças que podem ser verdadeiras ou falsas, a expressão se aplica tanto à Intencionalidade não linguisticamente realizável como àquelas em que se realizam pela linguagem. Possuir condições de satisfação diz respeito a uma generalização para estados intencionais com conteúdo proposicional, e assim, as condições de verdade seriam um caso específico para as condições de satisfação.

Assim, diremos que um enunciado é satisfeito se, e somente se, for verdadeiro, que uma ordem é satisfeita se, e somente se, for obedecida, que uma promessa é satisfeita se, e somente se, for cumprida, e assim por diante. Ora essa noção de satisfação também se aplica claramente aos estados intencionais. Minha crença será satisfeita se, e somente se, as coisas forem tais como acredito que sejam, meus desejos serão satisfeitos se, e somente se, forem realizados, minhas intenções serão satisfeitas se, e somente se, forem levadas a cabo (SEARLE, 1995, p. 14).

Os vários estados intencionais relacionam o conteúdo proposicional à realidade do mundo estabelecendo diversas obrigações de ajustes. Essas obrigações têm o papel de mostrar se o estado intencional é satisfeito quando existir uma correspondência entre o conteúdo proposicional e aquilo que ele representa. Searle utiliza para isso o termo criado por J.L. Austin, “direção de ajuste” (1990). Existem três tipos de “direção de ajuste” na classificação de Searle: primeiro, “mente-mundo”; segundo, “mundo-mente”; e terceiro, direção de “ajuste nula”.

O primeiro tipo de direção de ajuste “mente-mundo” é responsável por ajustar o estado intencional às condições próprias do mundo, as quais existem de maneira independentemente do meu estado mental. Por exemplo, a crença deve ser ajustada sob as condições do mundo, a sentença “está chovendo”, expressa o estado intencional daquilo que acredito e este estado é satisfeito somente se estiver havendo tal fato no mundo. Portanto, a crença deve ser ajustada ao mundo e no caso de haver alguma falha, o problema não está no mundo, mas na crença. O segundo tipo de direção de ajuste “mundo-mente” é aquela que faz a ligação dos objetos aos estados de coisas para os estados intencionais e eles possuem essa direção de ajustes porque representam as coisas como elas são. Se tenho um desejo, então, ele somente será satisfeito quando ocorrer o ajuste dos objetos ou estados de coisas em direção à minha intenção. A

sentença “estou com sede” expressa um estado intencional que somente será satisfeito, não por responsabilidade do desejo, mas pela condição do mundo. Assim, o mundo deve ajustar-se ao desejo para que tal desejo seja satisfeito. O terceiro tipo de direção de “ajuste nula” é em virtude de um estado intencional possuir o conteúdo proposicional já satisfeito com a realização do ato de fala, assim como referi anteriormente através das sentenças chamadas performativas. Quando peço desculpas por ter pisado no pé de uma pessoa dizendo “desculpe-me”, não estou afirmando nada e nem dando ordens, o objetivo é expressar o meu remorso por ter pisado ou mesmo provocado dor em alguém. Esse pedido de desculpa envolve uma crença de que pisei no pé de uma pessoa, mas não há uma direção de ajuste no sentido de que essa crença seja satisfeita, ajustando-se em algum fato no mundo. Esse pedido de desculpa envolve também um desejo de não ter pisado no pé de alguém, mas também não há uma direção de ajuste no sentido de ajustar alguma coisa do mundo ao meu estado intencional. Assim, meu pesar não tem nenhuma direção de ajuste.

Essas noções são gerais e mostram que os estados intencionais têm conteúdos representativos e condições de satisfação. Podemos agora relacionar estes aspectos da intencionalidade com o conceito do significado. As noções do significado são aquelas que se aplicam especificamente à linguagem, por isso a Intencionalidade é derivada e não intrínseca. A compreensão do significado de um enunciado envolve uma distinção entre o conteúdo representativo e a expressão lingüística do enunciado que é o conteúdo proposicional. Se eu disser que “Pedro acredita que está chovendo”, então minha referência ao estado intencional da crença não envolve nenhum tipo de ação por parte do seu agente. Mas se eu disser “Pedro quer dizer que está chovendo”, então o agente intencional não poderia querer dizer isto a não ser que estivesse dizendo alguma coisa por meio daquilo que ele quisesse dizer. Há uma diferença entre o estado intencional de acreditar e o de querer dizer da seguinte maneira: uma crença tem suas condições de satisfação independentemente da expressão lingüística, e uma intenção de falar tem sua satisfação quando a ação torna-se expressa. Mas tanto a crença como a intenção de falar é estado e não ato, mas o enunciar é uma ação. Portanto, quando realizo um ato de fala o que torna possível essa realização são os estados intencionais que transferem para a ação de emitir, impondo Intencionalidade no ato, convertendo-o num ato significativo. Se pronunciarmos qualquer coisa e com esta emissão queremos dizer alguma coisa, então,

os sons que emitimos fazem parte das condições de satisfação da intenção de falar, esse é o aspecto fundamental do significado.

2 A INTENÇÃO DE SIGNIFICADO COMO PROPRIEDADE QUE TRANSFERE INTENCIONALIDADE INTRÍNSECA PARA EMISSÕES LINGÜÍSTICAS

Qual é a implicação da afirmação de que há uma transferência de Intencionalidade intrínseca do pensamento para as emissões lingüísticas? Os chamados fenômenos intencionais tais como crença, desejo, percepção e muitos outros, possuem determinadas condições de satisfação como nos referimos anteriormente. Em nossos proferimentos, o significado possui dois sentidos: um é o lingüístico, aquele por convenção; e o outro é o significado que o falante deseja. A realização de um ato de fala, utilizando palavras e frases de uma língua são feitas por meios lingüísticos convencionais, mas também, através de uma imposição intencional aplicada aos sons ou marcas.

Outro propósito deste trabalho consiste em mostrar que as noções lingüísticas por convenção são insuficientes para lidar com o problema do significado. As noções significativas da emissão de uma sentença, somente possuem aplicação devido a um conjunto de intenções, que a maioria delas não poderia ser realizada apenas por meio de estruturas semânticas da sentença. Iremos nos deter na análise do conjunto dessas intenções para o significado.

Ao afirmarmos alguma coisa, realizamos um ato intencional e ao mesmo tempo o som que emitimos na boca faz parte das condições de satisfação da intenção da emissão. Uma emissão significativa coloca condições de satisfação aos sons e marcas. Vejamos este exemplo: uma pessoa de língua portuguesa, digamos que ele esteja estudando sozinha em seu quarto e olhando pela janela vendo a chuva; ela diz intencionalmente a frase: “está chovendo”. Ela acredita e quer dizer exatamente isso. Primeiro, se houve a intenção de emitir a frase, então a emissão da frase foi a condição de satisfação dessa primeira parte da intenção. Segundo, se houve não somente a intenção de emitir a frase, mas também de querer dizer aquilo que disse, então a emissão ganhou condições de satisfação que são próprias a esse proferimento e a emissão será verdadeira se e somente se estiver chovendo. Houve a intenção de dizer aquelas

palavras e houve a intenção de que estas palavras possuíssem condições de satisfação que fossem específicas a elas.

A condição da primeira parte da intenção foi satisfeita com a emissão da sentença e a condição da segunda parte da intenção foi satisfeita com a condição de verdade do enunciado “está chovendo”. Agora imagine que este mesmo estudante afirmasse essas palavras para algum amigo sentado num canto do quarto ou deitado na cama: assim haveria uma terceira parte do ato intencional que seria a intenção de comunicar com um ouvinte o entendimento dessa sentença “está chovendo”. As condições de satisfação dessa intenção consistem no fato de que as duas primeiras condições sejam reconhecidas pelo ouvinte. Assim, o ato intencional possui três etapas: a intenção da emissão da frase, a intenção do desejo de dizer alguma coisa e a intenção de produzir no ouvinte a compreensão do significado da frase. Por estas razões, Searle modifica a concepção de H. P. Grice (1969) cujo pensamento é de que o significado intencional é aquele que o emissor faz com a intenção de produzir algum tipo de efeito no ouvinte. Grice, no artigo *Utterer's meaning and intentions* (1969), explica as noções de significado a partir da intenção do emissor e não leva em conta que separadamente da comunicação há aspectos intencionais básicos mesmo antes da emissão do falante. A partir dessa emissão “está chovendo” analisamos o conjunto intencional para o significado; tratamos de um caso simples quando um falante emite uma sentença comum e quer significar exatamente aquilo que falou.

Mas vamos analisar alguns outros casos em que as noções do significado intencional são mais complexas. Há emissões em que o falante por meio de uma sentença quer significar aquilo que disse e também quer significar mais alguma coisa que não aparece na construção verbal. Por exemplo, um médico numa sala de cirurgia diz para um assistente: “tesoura”, “pinça”, “gases”, e o assistente prontamente lhe entrega todos esses objetos. Esse é um exemplo de frases elípticas em que o significado numa parte consiste na intenção de produzir no ouvinte o conhecimento de um significado que não está explícito de maneira verbal.

Há outros casos em que o falante emite uma sentença e quer significar um conteúdo proposicional diferente, por exemplo, pretender que a sua sentença seja mais do que uma pergunta, seja um pedido. Searle oferece um exemplo excelente para isso: “Você pode alcançar o sal?” É claramente entendido como um pedido “passa-me o sal” e

não simplesmente uma pergunta sobre as condições de alcançar o sal. Na construção lingüística de ficção, temos também um caso complexo: como podemos distinguir um texto como sendo de ficção de um texto literal?

Não há nenhuma propriedade textual, sintática ou semântica que identifique um texto como uma obra de ficção. O que faz dele uma obra de ficção é, por assim dizer, a postura ilocucionária [são os atos realizados intencionalmente, por exemplo, quando tenho a intenção de fazer uma promessa e faço, então faço uma promessa] que o autor assume em relação a ele, e essa postura é definida pelas intenções ilocucionárias que o autor tem quando escreve ou compõe o texto (SEARLE, 2002, p. 106).

A constatação que temos quando lemos uma obra fictícia é que o autor finge, fazendo todas as suas descrições por meio de pretensões. É esta a razão que distingue a natureza de textos fictícios de textos literais, e não elementos verbais.

Outro caso complexo é o daqueles que aparecem em forma de metáforas, quando existe uma distinção muito evidente entre o significado pretendido pelo falante e o que a sentença significa. Por exemplo, se ouvimos alguém afirmar: “estou morto de fome”, sabemos que pessoas podem morrer de fome, mas sabemos também que uma pessoa morta não pode falar; então concluímos que essa pessoa estava querendo dizer, na verdade, não que ela estivesse morta e nem mesmo que estivesse próximo da morte por inanição, mas que ela estava com muita fome. Isso também não é porque há mudanças do significado lexicais, mas sim porque com a emissão da sentença o falante quer significar uma outra coisa; neste caso, o significado da sentença em termos de sua composição lexicográfica é diferente daquilo que o emissor pretendia significar.

Analisemos agora noções contextuais para frases ou sentenças literais. Para Searle, dada uma sentença, seu significado literal não pode ser entendidos sem levar em conta noções contextuais. Não existe um conteúdo nulo em que estejam presentes apenas estruturas atômicas para o entendimento do significado das sentenças literais. O significado de uma sentença requer mais que o conteúdo semântico e para compreendermos uma sentença requer mais que a apreensão do seu significado textual. O significado literal está ligado a um conjunto de suposições tais como crenças, desejos, expectativas, anseios, vontades, em que a aplicação depende desses elementos para ser compreendida e isso significa que o entendimento de uma sentença vai mais longe do que suas estruturas verbais. As evidências sobre isso estão presentes em nosso

cotidiano. Há muitas coisas que pressupomos em afirmações ou perguntas, e que são crenças ocultas. Quando pergunto, por exemplo, a respeito das horas é porque acredito na existência do tempo, na possibilidade de ser medido, que o passado é diferente do presente. Assim, podemos constatar que para o significado literal não existe um contexto nulo, sempre necessitamos de parâmetros contextuais para o significado, essas noções contextuais estão presentes em forma de pressupostos, por meio de crenças, desejos, vontades e anseios, por exemplo, que estão por detrás de nossas declarações.

Searle apresenta um argumento a favor de o significado ser mais do que apreensão dos componentes do conteúdo semântico, argumentando que o composicionalismo, semelhante àquele defendido por Wittgenstein no *Tractatus* (2001), é insuficiente para lidar com as noções completas do significado. No composicionalismo, o significado de uma frase é fixado por meio das palavras, ou seja, a semântica do sentido do todo é a função do significado das partes. Existe um fator que contribui com essa ideia do composicionalismo que é a seguinte: podemos ouvir uma frase que nunca antes houvesse chegado a nossa audição, e, no entanto, podemos entendê-la claramente. Searle não nega que o significado de uma sentença tenha uma relação forte com a função composicional de suas partes e sua disposição sintática dentro da sentença. No entanto, embora sejam necessárias na linguagem, essas noções não conseguem resolver outros problemas que envolvem o significado, porque o significado composicional não pode estabelecer um sentido radical em contextos variados para o significado.

Mas, a questão levantada por Searle, envolve um outro aspecto: que existem sentenças ainda que possamos compreender o significado de cada componente da frase; mesmo assim, não entendemos o sentido da sentença. O exemplo é dado através de uma ordem: “abra a montanha”. Sabemos o que significa o verbo “abrir” e sabemos o que significa o substantivo “montanha”, mas não sabemos o que venha a ser a ideia de “abrir uma montanha”. Sabemos, por exemplo, o que significa abrir um livro, porém não temos uma mínima compreensão do que significa “abrir uma montanha”. Podemos criar muitas interpretações para entendermos essa ordem, mas é claro, o significado seria ampliado para além do escopo literal. Essa particularidade da Intencionalidade da mente, transferida para a linguagem, mostra também que ela é responsável por estabelecer parâmetros para o significado lingüístico. Em nossos proferimentos, não podemos romper com as relações da Intencionalidade sem eliminar as noções de significado. Por que

podemos entender o significado da sentença “aquele homem pode se eleger presidente do Brasil” e não podemos entender o significado da sentença “aquele homem pode se tornar um livro?”.

A Intencionalidade é aquilo que nos capacita a fazer referências aos objetos ou estados de coisas no mundo. É possível que o objeto representado por um estado intencional não exista e mesmo assim entendermos o significado de uma sentença, como por exemplo: “fantasmas existem”. Mas, é impossível, mesmo que o objeto representado pelo estado intencional exista, compreender uma sentença quando ela faz referência a um estado intencional que nunca se dirige a certos objetos ou estados de coisas no mundo. Não podemos compreender uma sentença acerca do que seria para um homem, acreditar em poder se tornar um livro, embora saibamos da existência e do significado de cada um dos termos da sentença: “aquele”, “homem”, “livro”, “vir a ser”, mas não temos uma ideia clara do que isto significa. Não sabemos como este estado intencional pode representar esse objeto.

A maneira como usamos a linguagem de modo significativo depende do modo como a Intencionalidade da mente se dirige ou se refere às coisas do mundo. Isso tem a ver com o realismo porque a Intencionalidade faz a relação entre nós e o mundo como ele é, mesmo que imaginemos um mundo totalmente diferente do nosso. Na realidade, vivemos num mundo onde as pessoas podem se eleger presidente do Brasil, mas não vivemos num mundo onde as pessoas possam tornar-se um livro. “Os limites do significado são os limites da intencionalidade e o fato de haver um número limitado de coisas que se pode fazer com a linguagem é uma consequência de nossa análise da Intencionalidade” (SEARLE, 2000, p. 140).

Precisamos fazer algumas distinções para as duas últimas sentenças apresentadas como exemplo: “aquele homem pode se tornar um livro” e “fantasmas existem”. Primeiro, estas sentenças mostram que há conteúdos de estado intencional diferente. A crença na existência de fantasmas possui um conteúdo que faz parte da realidade do nosso mundo e isso torna possível à Intencionalidade se dirigir a objetos ou estados de coisas que não existem. Mas a crença de um homem tornar-se um livro não faz parte da realidade do nosso mundo. No conteúdo proposicional que essas sentenças apresentam um é inexistente e o outro é ininteligível. Segundo, os modos do estado intencional são idênticos, ambos fazem parte da Intencionalidade da crença e por causa

disso ambos possuem condições de verdade. Crenças são verdadeiras ou falsas dependendo se o mundo é da maneira como a crença o representa. Através dessas sentenças temos a descrição de um estado intencional como também um ato de fala, mas nos dois casos não há nenhum objeto que satisfaça o conteúdo proposicional em relação ao enunciado e nem o conteúdo representativo em relação ao estado intencional. Não existem nem o objeto referido e nem o objeto intencional; em outras palavras, não há a satisfação de um objeto referencial para o conteúdo proposicional e também não há a satisfação de um objeto intencional para o estado intencional, por isso tanto o estado como os atos são falsos.

O fato de nossos enunciados poderem não ser verdadeiros por uma falta de referência não mais nos inclina a supor que deveríamos erigir uma entidade meinongiana a qual tais enunciados se refiram. Percebemos que elas têm um conteúdo proposicional ao qual nada satisfaz e que, nesse sentido, não se referem à coisa alguma. Precisamente do mesmo modo, porém, sugiro que o fato de nossos estados intencionais poderem não ser satisfeitos por não haver objeto a que seus conteúdos se refiram, não deve mais deixar-nos perplexos a ponto de erigirmos uma entidade meinongiana intermediária ou objeto intencional a que tais estados se refiram (SEARLE, 1995, p. 23).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comecei identificando o problema que deve nos ocupar em todas as nossas investigações: como a linguagem pode significar. Um dos pontos fundamentais para a compreensão deste problema filosófico, afirmei serem os aspectos variados que estão relacionados com o problema central. O aspecto mais básico disso envolve a relação de duas coisas distintas (a mente e o mundo). Essa relação foi apresentada de forma introdutória mostrando várias implicações para a nossa compreensão.

O primeiro aspecto é a mente constituir-se essencialmente pela Intencionalidade. A mente possui essa propriedade que é inerente a sua constituição. A intencionalidade é a propriedade dos estados mentais conscientes que estão estabelecidos dentro do complexo do mundo natural. O segundo aspecto trata da maneira notável de que a mente, por meio da Intencionalidade, estabelece as relações entre nós e o mundo. Entendemos com isso que a única maneira com a qual temos acesso ou conhecemos o mundo estão baseados em nossos próprios pensamentos e experiências sensoriais. Todas as evidências que possuímos do mundo nos é dada por meio da mente, assim a

nossa relação com o mundo depende da forma como Intencionalmente a mente estabelece essa relação. Este aspecto da mente por meio da Intencionalidade pode nos relacionar com o mundo, mas não se conclui com isto que o pensamento de Searle nos leve a um solipsismo do tipo do sujeito cartesiano, o qual negava a possibilidade de um conhecimento perceptivo direto do mundo. A questão filosófica é saber como o mundo objetivo é algo que pode ser conhecido pelo sujeito que tem uma certeza incontestável sobre as coisas.

Na filosofia de Searle, não há um acesso privilegiado do sujeito ao conhecimento das coisas. Para ele trata-se de uma confusão entre uma perspectiva epistêmica e ontológica. Os estados mentais têm uma ontologia subjetiva em primeira pessoa, embora não necessariamente, mas isso não significa que uma pessoa não possa estar equivocada sobre os conhecimentos de seus próprios estados mentais. Também não podemos ser levados pela teoria da Intencionalidade ao ceticismo daquele que diz que não podemos conhecer nada além de nossas próprias impressões e experiências e que não podemos realmente conhecer o mundo como ele é. Isso em virtude da afirmação de que nosso acesso ao mundo se dá exclusivamente através da mente. Vimos que o pensamento de Searle tem uma relação forte com o realismo em virtude da teoria da correspondência estar atrelada aos conceitos do significado como uma condição de verdade. Assim, o realismo para ele nem é uma teoria, é antes uma estrutura que torna possível tratar as teorias.

O terceiro aspecto diz respeito às várias maneiras como os estados intencionais relacionam o conteúdo proposicional com o mundo. Conteúdo proposicional, como observamos, é a representação linguística dos estados intencionais com suas condições de satisfação e essas condições determinam através do conteúdo intencional o que é necessário para que o estado seja satisfeito. Se eu creio que está chovendo o conteúdo proposicional é “está chovendo” e a condição de satisfação é que esteja chovendo; essa é a exigência da crença para que ela seja verdadeira, que haja a correspondência do mundo com o modo como ele é representado pela crença.

Estes aspectos discutidos ao longo deste artigo focalizam não somente a maneira como a mente nos coloca numa relação com o mundo, mas enfatiza também a própria relação entre a mente e o mundo físico. Essa relação nem sempre foi favorável na história da filosofia. Desde o século XVII, surgiu uma separação filosófica, a qual resultou

num dilema que sobrevive até hoje e que torna mais difícil a compreensão sobre a mente inserida num mundo físico.

Uma primeira tendência ficou conhecida como dualismo de substância, que tratou objetos materiais e mentes imateriais como duas entidades opostas no mundo (ou dualismo cartesiano), fazendo a separação entre o mental e o físico. Uma segunda tendência afirma que o mundo é constituído unicamente de matéria; a única coisa que existe é o mundo físico que pode ser estudado pela ciência, ou o mundo da realidade objetiva. Os estados mentais são apenas estados físicos cerebrais; sentir dor é apenas ter fibras cerebrais estimuladas como assinala Searle. A falha comum nessas duas tendências é afirmar que físico significa não-mental e mental significa não-físico. Este trabalho visa oferecer uma concepção mais ampla dessas noções para Searle, a fim de que possamos explicar de que modo elementos físicos, quando combinados da maneira correta, formam não apenas um organismo biológico funcional, mas também um ser consciente. O propósito de tudo isso é mostrar como aspectos do significado podem ser melhores compreendidos, até chegarmos a conclusão de que essa concepção é algo essencial e mesmo a chave para entendermos o significado.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BRITO, Adriano Naves. *Sentido, intencionalidade e sujeito*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.
- CABRERA, Júlio. *Margens das filosofias da linguagem*. Brasília: Editora UnB, 2003.
- DAVIDSON, Donald. *First Person Authority*. University of California, Berkeley, 1984.
- DUMMETT, Michael. *Frege: the philosophy of language*. London: Duckworth, 1973.
- DUPUY, Jean-Pierre. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª. Ed. Rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

GARDNER H. *A nova ciência da mente*. São Paulo: EDUSP, 1998.

GRICE H. P. *Utterance's meaning and intensions*. Philosophical Review, 1969.

HACKING, Ian. *Por que a linguagem interessa à filosofia?* São Paulo: Editora Unesp/Cambridge University Press, 1999.

HEBECHE, Luiz. *O mundo da consciência*. Porto Alegre: EDIPCRS, 2002.

MARCONDES, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo/Brasília: Cortez/CNPq, 1983.

SEARLE, John. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: University Press, 1969.

_____. *Expressão e significado*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *A redescoberta da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Mente, linguagem e sociedade*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. *O mistério da consciência*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *Mente, cérebro e ciência*. Lisboa: Edições 70, 1984.

SMART J. J. C. *Nosso lugar no universo*. São Paulo: Edições Siciliano, 1989.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus lógico-philosophicus*. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.